

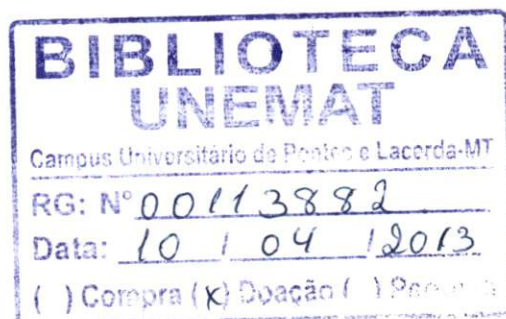


ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS



LUCILENE DE OLIVEIRA

POESIA: EFEITO DE SENTIDOS NA GRAMÁTICA



PONTES E LACERDA/MT
2012/1

LUCILENE DE OLIVEIRA

POESIA: EFEITO DE SENTIDOS NA GRAMÁTICA

Monografia de conclusão de curso de graduação em Licenciatura Plena em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso-*Campus* Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito para a obtenção do título de Graduado em Letras.

Orientadora: Profa. Dr.^a Eliana de Almeida

PONTES E LACERDA/MT
2012/1

Esta monografia foi apresentada perante a seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Eliana de Almeida
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Leila Salomão Jacob Bisinoto
Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Olímpia Maluf-Sousa
Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Rosely Romanelli
Banca Examinadora

A Deus e ao meu pai;

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelas bênçãos concedidas em minha vida. Agradeço ao meu pai, Armando de Oliveira, por me ensinar o quanto é importante estudar e por acreditar em mim. Agradeço a minha amada mãe, Neide de Oliveira, pelo apoio e carinho nos momentos mais difíceis. Aos meus irmãos, Sebastião e Erlandes, pela ajuda e compreensão. Agradeço a minha amiga Luciana de Jesus Evangelista pelo incentivo e por me entender. Agradeço ao Atilio pelas contribuições em discussões teóricas. Agradeço a todos os professores que me ajudaram nessa caminhada, em especial, a Profa. Me. Silvia R. Nunes, pela paciência e pelas leituras. A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Eliana de Almeida, toda a minha gratidão, por acreditar em mim e por não me deixar desanimar diante das dificuldades. Tenho orgulho por ter sido sua orientanda. Também agradeço a profa. Dr.^a Leila Salomão Jacob Bisinoto, a profa. Dr.^a Olímpia Maluf-Sousa e a profa. Dr.^a Rosely Romanelli pela compreensão, respeito e contribuição.

Também não poderia deixar de recordar de algumas pessoas encantadoras, com as quais passei muitos momentos alegres. Aos meus colegas: Luzielha; Mônica; Angélica; Joyce; Josane; Fernanda; Alcione; Isabel; Márcia Cristina; Queila; Graciely e Dhenny meu carinho.

Enfim, agradeço a todos que colaboraram e torceram para que eu chegasse até aqui. Jamais os esquecerei.

A língua [...] é inatingível,
nela se apresentam pontos de
resistência à univocidade
lógica, resistência às
tentativas de domesticação
dos sentidos.

(MARIANI, 2007, p. 66)

RESUMO

Esta monografia busca compreender os sentidos em funcionamento para a *poesia* no espaço discursivo de gramáticas da língua portuguesa, recortando como material de leitura as gramáticas *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1992) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001) de Celso Cunha e Lindley Cintra. Tomo especificamente dessas gramáticas a parte que corresponde à estilística da língua, cujas formulações metalinguísticas se ocupam em definições sobre o efeito poético, mais especificamente, sobre a poesia. A partir dos estudos de Pêcheux (1988; 2004), Mariani (2007) e Almeida (2010) a poesia é considerada como parte constitutiva da língua, ou seja, ela é própria da ordem da língua e produz deslizamentos de sentidos nela mesma enquanto metáfora. Dessa maneira, a pergunta que procuro compreender é *de que modo a estilística, através da gramática, autorizada pelo discurso da normatividade, significam a poesia?* Assim, buscamos compreender os modos pelos quais essas definições constroem versões para a História das Ideias Linguísticas no Brasil, articulando esses estudos à Análise do Discurso (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2001). Essa articulação teórica põe em jogo a noção de história que, para a Análise de Discurso, se dá enquanto versão para o fato e, ao mesmo tempo, joga com a noção de político, entendida, como a divisão de sentidos da língua, ao produzir um sujeito dividido, visto que, os processos de subjetivação se dão pelo/no simbólico.

Palavras-chave: poesia, História das Ideias Linguísticas, gramática e estilística.

ABSTRACT

This monograph seeks to understand the senses in place for poetry in the discursive space of grammars of Portuguese, cutting as reading material grammars Modern Portuguese Grammar (2001) Evanildo Bechara, the Normative Grammar of the Portuguese Language (1992) Rocha Lima and new Grammar of Contemporary Portuguese (2001) Celso Cunha and Lindley Cintra.

I take these grammars specifically the part that corresponds to the stylistic language, whose formulations engage in metalinguistic definitions of poetic effect. From the studies Pêcheux (1988, 2004), Mariani (2007) and Almeida (2010) poetry is regarded as a constituent part of the language, it is proper to the order of language and produces slides senses in herself as a metaphor.

Thus, the question we seek to understand is how the stylistic grammar by, authorized by the discourse of normativity, poetry mean? Thus, we seek to understand the ways in which these definitions build versions for Linguistic History of Ideas in Brazil linking such studies to Discourse Analysis (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2001). This theoretical articulation brings into play the notion of history that, for the analysis of discourse, while version is given to the fact and at the same time, plays with the notion of politics, understood as the division of meanings of language, to produce a divided subject, since the processes of subjectification are given by/in the symbolic.

Keywords: Poetry, History of Linguistic Ideas, grammar and style.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p. 10
1. A GRAMÁTICA E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO Brasil.....	p.12
1.1. ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA.....	p.14
2. ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA: EFEITO DA RESISTÊNCIA DA DOMESTICAÇÃO DOS SENTIDOS.....	p. 18
3. AS FIGURAS DE SINTAXE: UM FUNCIONAMENTO DE FIXIDEZ OU DE DESLIZAMENTO?.....	p. 24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.31
5. REFERÊNCIAS.....	p. 32

APRESENTAÇÃO

Em nosso estudo nos perguntamos pelos sentidos instaurados para a *poesia*, conforme a supomos a partir de Pêcheux (1988; 2004), Mariani (2007) e Almeida (2010), enquanto propriedade constitutiva da ordem própria da língua¹. Questionamos, desse modo, como a estilística, autorizada pelo discurso gramatical, e afirmada pela normatividade da língua, significa a *poesia* e, conseqüentemente, produz sentidos para essa língua mesma, numa relação com a História das Ideias Linguísticas no Brasil.

No primeiro capítulo, intitulado *A Gramática e a História das Ideias Linguísticas no Brasil*, marcamos o lugar teórico a que nos filiamos, o discursivo Pêcheux (1988; 2004) e Orlandi (2002; 2007), problematizando como material de leitura a gramática, enquanto instrumento que produz conhecimento sobre a língua e que, ao fazer isso, mobiliza sentidos para o sujeito e para a nação brasileira, tendo em vista as condições históricas de sua produção. Também, neste capítulo, especificamente no item *Estilística e Gramática*, definimos a estilística como aquela parte específica da gramática que toma a poesia, por um prisma formal da língua, enquanto objeto de compreensão e que, ao mesmo tempo, faz a língua funcionar como lugar de sentidos não completos e não estáveis, ou ainda, como espaço discursivo em que a língua se significa pela impossibilidade de dizer tudo.

No segundo capítulo, *Estilística e gramática: efeito da resistência da domesticação dos sentidos*, descrevemos o funcionamento da estilística nas gramáticas *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1992) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001) de Celso Cunha e Lindley Cintra, em que o funcionamento poético, próprio da língua, é considerado como um seu fora, colocando-a como uma língua expressiva/afetiva, que se confronta com o imaginário da língua lógica da gramática.

No terceiro capítulo, *As figuras de sintaxe: um funcionamento de fixidez ou de deslizamento?* Propomo-nos à análise das figuras de sintaxe, consideradas parte constitutiva do funcionamento estilístico que movimenta a língua. As figuras de sintaxe constituem-se para a Estilística como o lugar em que a poesia flui, enquanto que para a gramática, essas figuras mobilizam sentidos em fenômenos que deslocam a coesão

¹ A redundância entre propriedade e própria configura-se conforme a tradução em Pêcheux (2004).

gramatical da frase, instaurando, assim, a noção de “irregular” ou “erro”, cujo funcionamento de deslize e derivas – o próprio dos efeitos metafóricos - é encoberto pelo ensejo metalinguístico de definir o poético por um funcionamento gramatical da língua, em oposição à compreensão de seus efeitos de sentidos.

1- A GRAMÁTICA E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Numa articulação aos estudos da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2001), propomos pela História das Ideias Linguísticas no Brasil (AUROUX, 1992; ORLANDI, 2001; 2007; MARIANI, 2004) uma busca na compreensão e leitura dos processos brasileiros de constituição sobre/da língua portuguesa, contribuindo para os modos como um saber sobre a língua nacional e suas políticas de Estado instituem a relação entre língua, sujeito e história.

Tomando, desse modo, a teoria materialista como um lugar de significar o nosso gesto² de leitura, consideramos *a língua como não transparente* (ORLANDI, 2001), à medida que não há, para a análise do discurso, o sentido literal. Aliás, dizer que a língua é opaca e que os sentidos não são evidentes atesta que a língua é sujeita a falhas, equívocos, ou ainda, a deslizamento de sentidos, “que tecem determinados efeitos para o sujeito, para os sentidos para a história dos saberes” (NUNES, 2008, p. 107).

Fazer História das Ideias é colocar em questão a noção de história, desestabilizá-la como conceito transparente, considerando-a “não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos” (NUNES, 2010, p. 01). O projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil procura refletir, assim, sobre a história da língua, questionando a noção de história, vista não como uma linearidade ou como conteúdo (NUNES, 2010), mas como ‘fato’, ‘dado’, que na sua relação com a linguagem produz sentidos interpretáveis em sua relação com o discurso.

A articulação Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas no Brasil também inclui pensar o político como constitutivo das línguas e como aquele que divide e redivide o espaço discursivo delas e, por conseguinte, produzem sentidos para os sujeitos que as falam. Além disso, esse vínculo permite que a Análise de Discurso desloque “a análise de conteúdo como instrumento clássico de estudo da linguagem para as ciências sociais, colocando-se em seu lugar com a noção de discurso definido como efeito de sentidos entre locutores. Essa definição traz para a linguagem a questão da sua forma material, que é linguística e histórica” (ORLANDI, 1996, p. 32).

² Ler o arquivo hoje (1994).

A História das Ideias Linguísticas no Brasil tem como base, em seus estudos, a construção de um saber sobre a língua e sua constituição e, consequentemente, a constituição de um sujeito nacional, assim como o de uma sociedade. Nessa perspectiva, estão inclusos como objetos de pesquisa sobre a constituição dos sentidos para língua nacional a gramática, o dicionário e, também, a literatura, que “vão representar a nossa unidade linguística e política [...]. Eles devem ser pensados articuladamente ao processo de construção da unidade imaginária da (nossa) língua e da nação brasileira” (FRAGOSO, 2006, p. 58), ou seja, como parte do processo de produção de sentidos para a constituição da língua nacional, assim como, do sujeito brasileiro.

Ainda, conforme o autor, esses saberes linguísticos, que produzem efeitos de sentidos para língua e nação, “são objetos simbólicos sócio-históricos” (ORLANDI, 1997b, p. 4 *apud* FRAGOSO, 2006, p. 59), que na relação sociedade e história “transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p.8 *apud* NUNES, 2008, p. 110), fazendo-os parte do processo de gramatização da língua.

Nesse sentido, para Sylvain Auroux, a gramatização é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (1992, p. 65; grifo do autor), o que os tornam objetos de construção de um imaginário de língua e, portanto, de uma nação e sujeito nacional. O efeito de sentidos produzido por esses instrumentos linguísticos para língua, nação e sujeito é atravessado pelo político, compreendido pela Análise de Discurso como o que instaura sentidos dividindo, redividindo o espaço discursivo das línguas em um espaço de disputas, considerando o fato de que o Brasil é um país plurilinguístico. Esse conflito também afeta a relação sujeito/língua (línguas), pois divide esse sujeito, (*des*)construindo sentidos para ele, enquanto sujeito-falante de tal/tais língua/línguas.

A gramática foi no século XIX, como atesta Orlandi (2002), um dos objetos responsáveis pela constituição de um imaginário de língua nacional (língua portuguesa), que resultou também no processo de identidade do povo brasileiro. Sendo que “a gramática torna-se assim o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo” (ORLANDI, 2002, p. 191). Entretanto, consoante a autora, a partir do movimento de independência do Estado brasileiro, no século XIX, o

efeito instaurado para/pela produção gramatical no Brasil tomaram outros sentidos para a constituição da língua nacional.

O discurso gramatical passou a instaurar uma tensão política entre imaginário linguístico (língua portuguesa) e língua nacional (língua brasileira). Nesse espaço de disputa, a língua institucionalizada pelas gramáticas torna-se *a língua* a ser falada e, dessa maneira, a que deve ser ensinada.

Em nossa pesquisa, essa tensão política entre língua imaginária e língua nacional é constitutiva do funcionamento entre discurso gramatical e discurso da estilística, cuja definição da gramática define-se como aquela que se ocupa dos *efeitos especiais* da língua. E, neste sentido, propomos nesse estudo, compreender os sentidos em funcionamento para a *poesia* no espaço discursivo de gramáticas da língua portuguesa, recortando como material de leitura as gramáticas *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1973) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985) de Celso Cunha e Lindley Cintra, tomando a poesia na língua, conforme formula Pêcheux (1988; 2004), Mariani (2007) e Almeida (2010).

1.1 Estilística e gramática

Em a *Revolução Tecnológica da Gramatização*, Aurox (1992) concebe a gramática como instrumento linguístico, o que a *torna importante para as políticas de línguas e também para o ensino* (ORLANDI, 2002), já que, a partir do processo de instrumentalização de uma língua, cria-se o imaginário linguístico. Olhar para essa questão é compreender o funcionamento do discurso gramatical para a língua nacional.

A gramatização no Brasil, de modo particular, instaura os sentidos de uma língua lógica, *fechada*, que se coloca através das gramáticas como um ideal de língua (língua portuguesa) a ser falada (usada) e ensinada, regulando sujeitos e o espaço discursivo dessas línguas. Conforme Orlandi (2005, p. 29) “[...] quem não a fala, ainda que esteja no Brasil, que seja brasileiro, erra, é um mal falante, um marginal da língua”.

Em nosso *corpus*, o discurso da estilística significa-se sob as configurações estruturantes do discurso gramatical sobre a língua, produzindo-lhe sentidos de nacionalidade que, no confronto com o político, produz o mesmo como possibilidade de significar o espaço discursivo da língua nacional no Brasil.

Desse modo, essa tensão instaurada produz sentidos outros para a língua brasileira (língua fluída) que se distingue da imaginária (língua portuguesa), exatamente, pela sua materialidade histórica e não pela sua natureza empírica, como afirma Orlandi “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluída é a que *não se deixa imobilizar* nas redes de sistemas e fórmulas” (2002, p. 22; grifo nosso).

O funcionamento dessa língua fluida escapa à lógica gramaticista, pois, como é atestado pela Análise de Discurso, a língua é passível de jogo na história, tem sua ordem própria (materialidade) e é sujeita a falhas e equívocos, propriedades da poesia, conforme Pêcheux (1988; 2004), Mariani (2007) e Almeida (2010) formulam: enquanto parte constitutiva da língua, ou seja, de sua própria ordem. Isso nos permite atestar que, conseqüentemente, a poesia é constitutiva tanto da língua fluída como também do sistema linguístico em seu uso normativo, desconstruindo os sentidos de logicismo e tomando o sistema linguístico como o lugar em que há deslocamentos, falhas e equívocos.

Nas gramáticas que recortamos para a nossa leitura, a *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1992) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001) de Celso Cunha e Lindley Cintra, o discurso estilístico “evidencia o fenômeno de transformação de uma certa língua, não sendo, portanto, simplesmente, um fenômeno puramente estético” (FRAGOSO, 2006, p. 53), pelo contrário, este discurso faz parte do processo de constituição de um sujeito brasileiro e, por conseguinte, de uma nação, instaurada pelo/no jogo contraditório do espaço discursivo brasileiro.

A princípio, nas gramáticas citadas acima, a estilística será definida como aquela que se ocupa do *efeito poético*, mas, enquanto se significa como uma ‘linguagem emotiva’ pelo viés das funções da linguagem e, com isso, desconsidera-se que na língua há pontos de deriva e de deslizamentos de sentidos que fogem a essas funções configuradas de antemão: “[...] esse deslizamento aponta para o fato de que em qualquer ponto do encadeamento significante há uma possibilidade de falha, fratura, produzindo uma deriva do sentido. Uma deriva tanto para aquele que fala ou escreve quanto para aquele que escuta ou lê” (MARIANI, 2007, p. 55).

Ao mesmo tempo, essas gramáticas definem a estilística como a que ‘é responsável pela expressividade das formas linguísticas’, e ao descrever seu conceito produzem sentidos para uma língua imaginária, intocável, que, por conseguinte,

“recobre a materialidade da língua nacional” (FRAGOSO, 2006, p. 105), e afirma o funcionamento de *uma língua lógica*, instaurada pelo discurso gramaticista, ou ainda, pelo discurso da normatividade.

Pensando a *poesia*³ nesse espaço discursivo enquanto deslizamento de sentidos, o discurso da estilística, se configura como o espaço em que é possível observar a língua levada ao seu impossível, produzindo sentidos para/de uma língua brasileira, que foge da lógica gramatical, como afirma Fragoso (2006), em que é possível atestar o poético como uma propriedade da língua.

Daí que, “a língua no ponto de vista da AD é inatingível, nela se apresentam pontos de resistência à univocidade lógica, resistência às tentativas de domesticação dos sentidos” (MARIANI, 2007, p. 66), isto é, os sentidos não são presos às palavras, muito menos, elas (as palavras, a linguagem) trazem uma univocidade do sentido e uma transparência destes, ao contrário, a língua possui pontos de deriva, de deslizamentos de sentidos que produzem poesia, por isso, na ordem própria da língua, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, *se deslocar discursivamente* de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1991, p. 53; grifo nosso).

O *efeito poético* para Pêcheux e Gadet (2010) é uma propriedade da ordem da língua e, portanto, a língua não poderia ser pensada sem a poesia. Para Mariani (2007, p.55), “[...] o poético não está fora da linguagem, não é algo restrito a um conjunto de efeitos especiais a ser usado em determinadas ocasiões”, ou seja, o efeito poético “não é uma propriedade da poesia enquanto texto poético em sua forma, mas uma propriedade específica da língua” (ALMEIDA, 2010, p. 02).

A Estilística, no espaço discursivo das gramáticas que propomos como corpus de pesquisa, é exposta como uma *complementação dos estudos gramaticais* (Rocha Lima, 1992), isto é, como aquela que vai complementar a “descrição da língua” e impor/instaurar um imaginário linguístico, e encobrimo que na língua há possibilidade de fraturas, deslizamentos de sentidos.

Do ponto de vista discursivo, a poesia se dá como o real da língua, na impossibilidade de se dizer tudo, no reconhecimento de que a língua, enquanto estrutura

³ Conforme os estudos de Pêcheux e Gadet (2010) em A língua inatingível, a poesia é propriedade da língua, por isso, não há porque se falar em linguagem/língua poética, pois estaríamos afirmando a existência de uma língua lógica, dura, ou ainda, negando a possibilidade do equívoco.

é passível de equívoco e falha, produzindo deslizamento de sentidos e a resistência na relação com a domesticação dos sentidos.

II – ESTILÍSTICA E GRAMÁTICA: EFEITO DA RESISTÊNCIA DA DOMESTICAÇÃO DOS SENTIDOS

Tomamos para nosso gesto de leitura, as gramáticas de língua portuguesa, *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1992) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), que denominaremos nesse estudo como G1, G2 e G3, respectivamente. Essas gramáticas, como parte da construção de um saber sobre a língua nacional, significam a língua pelo discurso da norma, enquanto que, a estilística e também o discurso sobre ela produzem o *mesmo* dos sentidos dada a homogeneidade que tensiona no sistema, por um imaginário linguístico, os modos de encobrir o funcionamento da *poesia* na língua, pelo discurso metalinguístico e gramatical.

Desse modo, como apontamos acima, a estilística passa a funcionar como recurso para afirmar a existência de uma língua lógica, intocável e resistente. Logo, o discurso da gramática aponta para o funcionamento de uma língua domesticada, em que aquilo que resiste a essa domesticação dos sentidos, portanto, da língua, será considerado como pertinente a estilística, ou seja, a estilística funcionando a serviço da gramática. Esse funcionamento não se trata de, como afirma Fragoso (2006, p. 107), “abordar a estilística enquanto um equívoco entendido como a falta de sintonia com a gramática”, mas de compreender o político produzindo sentidos, isto é, a contradição instaurada pelo discurso gramatical sobre a estilística e, conseqüentemente, sobre a língua.

Desse modo, as gramáticas (G1, G2, G3) são atravessadas pelo discurso do outro em um ritual, que é o de descrever a língua. Ritual esse que falha, visto que, a língua descrita se legitima pelo discurso da norma (que, no século XIX, era legitimada pelo discurso da nacionalização), como *a língua*, pelo efeito de encobrir o real da língua, pelo qual nos perguntamos: *De que modo a Estilística, autorizada pelo/no discurso da norma e legitimado pela gramática, significa a poesia?*

Conforme Auroux (1992, p. 67; grifos do autor), “o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso⁴, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados) sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção”. Constituídas dessa maneira,

⁴ Compreendido por Silvain Auroux, em *A Revolução Tecnológica da Gramatização* (1992, p. 101), como classes gramaticais, que correspondem às categorias gramaticais.

procuram *descrever* a língua e, ao mesmo tempo, produzem sentidos para a nação/sujeito/sociedade, por conseguinte, para um saber sobre a língua. Seguindo o ritual de descrição da língua, as G1, a G2 e a G3 trazem a estilística como acessório de linguagem usado para *enfeitar* a língua, ou ainda, se opondo ao logicismo da gramática, como aquela que é responsável pela língua emotiva (como função), carregada de expressão. Sendo assim, a estilística passa a funcionar como complemento do discurso gramatical.

Os modos pelos quais tanto a G1, quanto a G2 e G3 apresentam a estilística apontam para os sentidos produzidos pelo discurso sobre o outro, neste caso, o da gramática sobre aquela. O ritual de descrição da gramática sobre a língua prioriza a sua estrutura ou sistema, impondo o *como deve ser dito*, e esse discurso deixa suas marcas nos dizeres sobre e da estilística.

Na gramática *Moderna Gramática Portuguesa* (G1), a estilística é apresentada nas páginas finais, no capítulo IV, denominado *Noções Elementares de Estilística*, de modo que esse gesto faz da estilística uma disciplina complementar à gramática. Por isso, não temos uma disciplina que diz por si só, mas que é autorizada pelo discurso gramatical, instaurado pela contradição de uma normatividade que divide e redivide os dizeres.

Nessa gramática, a estilística é conceitualizada como “a parte dos estudos da linguagem que se preocupa com o estilo” (BECHARA, 2001, p. 615) e, além do conceito, ela traz tópicos no capítulo que explicam o estilo e a relação da estilística com a gramática, assim como, seu campo de estudo, que vai atingir, do mesmo modo que a gramática, a estrutura linguística (fonética, morfologia, sintaxe e semântica).

Ao conceituar a estilística como a que se preocupa com o estilo, a G1 coloca em confronto duas línguas, que se relacionam pela oposição lógica ou racional/emotiva ou expressiva, que tornam-se a descrição de dois sistemas, relativamente independentes.

A compreensão deste conceito de estilo se fundamenta na lição de Charles Bally, segundo a qual o que caracteriza o *estilo* não é a oposição entre o *individual* e o *coletivo*, mas o contraste entre o *emocional* e o *intelectivo*. É neste sentido que diferem *Estilística* (que estuda a língua afetiva) e a *Gramática* (que trabalha no campo da língua intelectual).

[...] Ambas se completam no estudo dos processos do material de que o gênero humano se utiliza na exteriorização das idéias e sentimentos ou do conteúdo do pensamento designado (BECHARA, 2001, p. 615; grifos do autor).

Desse modo, a estilística passa a funcionar como a responsável pela “expressividade” da língua, refletida em um efeito estético da língua. Os sentidos constituídos, assim, para/pela estilística, em contraposição à gramática, instauram efeitos para uma outra língua que foge ao logicismo gramatical, mas que também apagam o equívoco, a *poesia* da língua. Consoante Fragoso, a estilística produz

um discurso que busca descrever o “colorido” (a expressividade) da língua e nesta direção ele não se interessa precisamente pela língua, mas pelos efeitos que se pode produzir sobre ela [...]. Portanto, vemos este discurso reduzir os *equívocos* da língua a *recursos* da língua. Trata-se de produzir o efeito imaginário de uma língua que pode ser explorada artisticamente e por conseguinte não se esgota (2006, p. 106; grifo nosso).

Estes “recursos” linguísticos, os quais fazem da língua, pelo discurso estilístico, objeto de criação e expressão artística tratam-se dos traços estilísticos, definidos em G1 como “o conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética” (BECHARA, 2001, p. 616). Os traços estilísticos correspondem, assim, às chamadas figuras de linguagem ou estilo (divididas em figuras de pensamento, figuras de palavras e figuras de construção ou sintaxe) e, a eles cabem *acrescentar valor estético* à língua, e ainda, *atribuir/expressar um estado de alma*.

Para G1, no tópico *Traço estilístico e erro gramatical*, esse conceito para traço estilístico o diferencia de *erro gramatical*, isto é, vai tratar-se apenas de um recurso estético. Assim os sentidos instaurados para traços estilísticos são de que eles devem explicar e compreender o que foge à gramática. No entanto, este funcionamento posto para traço estilístico encobre o discurso gramatical, de que aquilo que não é normatizado, é irregular, é erro. A língua gramatical é o parâmetro do correto da língua em relação ao uso e a sua possibilidade de *erro*.

Além disso, os sentidos instaurados apontam para o silenciamento de que a língua é heterogênea. Nega-se a poesia nos modos como funciona na língua e, portanto, a capacidade de que língua produz poesia em deslizamentos metafóricos: “Não se há de entender que o *estilo seja sempre uma deformação da norma linguística* [...]. O traço estilístico pode ser um *desvio ocasional* de norma gramatical vigente, mas se impõe pela sua intenção estético-expressiva” (BECHARA, 2001, p. 618; grifo nosso). Fragoso

explica que “o que não está para a gramática aparece como sendo relativo à emoção” (2006, p. 37), ao estilo.

Na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (LIMA, 1992), a qual chamaremos de G2, o discurso sobre/da estilística também mobiliza sentidos para o funcionamento de uma língua que não se deixa domesticar. Na G2, a estilística também se apresenta nas páginas finais da gramática, no capítulo 31, denominado *Funções da Linguagem. Gramática e Estilística*, em que há a descrição da *função* da estilística e as divisões de seu campo de estudo.

Nesta gramática, os sentidos instaurados apontam para uma estilística que tem como função compreender a expressividade das formas linguísticas – “Enquanto a *gramática* estuda as formas linguísticas no seu papel de propiciarem o intercâmbio social na comunidade, cabe à *estilística* estudar a expressividade delas, isto é, a sua capacidade de transfundir emoção [...]” (LIMA, 1992, p. 476; grifo do autor). Deste modo, a estilística vai significar a poesia, própria da língua, como um modo de *apelo* e *estado de alma*, como algo de fora do sistema. Esse gesto estabiliza os sentidos em funcionamento para a estilística como aquela que complementa a gramática, quer dizer, enquanto esta estuda e impõe uma língua lógica, aquela vai se significar por desestabilizar os sentidos e mobilizá-los na cadeia significante da língua, produzindo o furo, a falha, os deslizamentos de sentidos.

Entretanto, neste jogo discursivo em que a deriva se faz presente pelo equívoco e pela falha, também é produzido o confronto, instaurado pelas relações de poder no simbólico: A gramática, autorizada pelo discurso da normatividade, no modo discursivo nega a *poesia* porque faz intervir pela norma da língua a regularidade da estrutura linguística e, ao negá-la, *institucionaliza* e admite a existência de uma língua *crystalizada*. Este efeito de sentidos produzido para a estilística, no discurso gramatical, torna a *poesia* um fenômeno, isto é, como aquilo que é anormal no sistema linguístico, ou ainda um fora da língua, pois foge à norma. Daí que, a gramática vai se impor como *a língua*.

Os sentidos instaurados para/pela estilística em G1 e G2 se repetem e instauram sentidos para a existência de dois sistemas linguísticos, um homogêneo e fechado, afirmado pelo discurso da normatividade e outro, em que os sentidos não estão estabilizados. No entanto, este não estabilizado, em que se manifesta a metáfora, a poesia da língua, é considerado como irregularidades, desvios e erros, em relação à norma, à unidade imaginária.

O discurso da estilística explicita o real da língua, isto é, a incompletude da língua. Ele mostra a resistência de uma língua que não se deixa normativizar. Este discurso é o lugar onde retorna sempre o real da língua. A gramática evita lidar com esta questão “domesticando-a” com a noção de estilo (FRAGOSO, 2006, p. 37).

A gramática *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA e CINTRA, 2001), G3, mobiliza sentidos para estilística procurando explicar os “fenômenos” linguísticos como sendo constitutivos das construções frasais. Para G3, a estilística rompe com a organização da estrutura linguística, provocando uma desorganização na regularidade posta pelo discurso da normatividade.

Nem sempre as frases se organizam com absoluta coesão gramatical. O empenho de maior expressividade leva-nos, com frequência, a superabundâncias, a desvios, a lacunas nas estruturas frásicas tidas por modelares. Em tais construções a coesão gramatical é substituída por uma coesão significativa, condicionada pelo contexto geral e pela situação (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 619; grifo nosso).

Esse discurso sobre a estilística quebra o ritual gramatical, o de afirmar um sistema linguístico sem falha, quer dizer, o lugar em que os sentidos se fecham e são estabilizados. Desse modo, ao produzir esses sentidos, o discurso gramatical atesta e significa a poesia como erro – A questão fecha-se em *permite-se isso* no uso da língua e/ou *aprecia-se isso*.

Os sentidos são, portanto, atravessados pelo político, isto é, pela contradição/confronto instaurados na afirmação do discurso gramatical de que a língua é uma estrutura abstrata, homogênea e, nos gestos de descrição do discurso estilístico de uma língua significada materialmente pela ruptura, pela deriva, mas que é considerada anormal.

A G3, como já afirmamos, vai significar a estilística em seu discurso mobilizando sentidos para explicar, ou ainda melhor, para retificar as *alterações* ocorridas nas estruturas frasais: “Os processos expressivos que provocam essas particularidades de construção denominam-se *FIGURAS DE SINTAXE*” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 619; grifo do autor). Observamos, assim, que a G3 não conceitua a estilística em suas páginas, mas a traz através das figuras de sintaxe ou construção,

dividindo e examinando-as entre *processos gramaticais e estilísticos* (CUNHA e CINTRA, 2001).

Assim como a G1 e a G3, os gestos se repetem, e a estilística vem se significando nessas gramáticas, em suas páginas finais, logo após os capítulos em que a norma é predominante, em que funciona o *diz se assim, e não dessa maneira*, ou seja, em que os sentidos movimentam-se na produção de um imaginário linguístico configurando uma língua lógica. Como atesta Fragoso (2006) “esta divisão [...] confere à gramática a voz para decidir o que é gramatical e o que não é, isto é, a gramática tem o controle absoluto do que pode ser dito e do que não pode” (p. 18).

AS FIGURAS DE SINTAXE: UM FUNCIONAMENTO DE FIXIDEZ OU DE DESLIZAMENTO?

Para Fragoso (2006, p. 12), o discurso da estilística na produção gramatical do século XIX desloca sentidos para a constituição da língua nacional, mobilizando “as figuras de sintaxe para realçar a materialidade lingüístico-histórica da língua”. Entretanto, considerando as colocações do autor, a partir do movimento de “independência” e institucionalização do Estado brasileiro, o discurso gramatical passa se afirmar pela institucionalização de um imaginário de língua a ser seguida como modelo. Por esse efeito de sentidos o discurso gramatical toma os mesmos rumos: continua deslocando sentidos para uma história das ideias e do saber linguístico, pela normatividade e é neste sentido, que as figuras de sintaxe, atualizadas no discurso da estilística e da gramática vão instaurar os sentidos mesmos do discurso gramatical para a poesia na/da língua.

Dessa forma, procuramos tirar da evidência os sentidos postos para as figuras de sintaxe em G1, G2 e G3 como parte de um processo de valor expressivo/estético, instaurado pelo estilo. Nossa leitura consiste em compreender como a *poesia*, constitutiva da ordem própria da língua, tem-se significado pela estilística no discurso gramatical, autorizado pela normatividade, repetindo o mesmo em relação às figuras de sintaxe “do lugar tradicional” (FRAGOSO, 2006, p. 44), do qual fala a gramática. Para isso, portanto, tomamos as figuras de sintaxe, que afirmadas pela estilística, deslocam sentidos para a língua porque a movimentam.

Portanto, não pensaremos as figuras de sintaxe somente enquanto modificações que têm a ver com o estilo próprio [...]. Estas figuras não consistem simplesmente na omissão, no aumento ou na transposição (inversão) de palavras e frases, com o propósito de dar graça e força ao pensamento. Elas marcam uma discursividade que coloca em funcionamento uma língua que se difere daquela tradicional, já que ela se “comporta” mais “livremente” [...] (FRAGOSO, 2006, p. 73).

O discurso da estilística na G1, significado através das figuras de sintaxe, produz sentidos para a *poesia* como um fora da língua, para explicar e justificar o que é anormal ao discurso gramatical. Assim, o discurso estilístico nessa gramática

compreende uma estilística sintática que “procura explicar o valor expressivo das construções” (BECHARA, 2001, p. 619), impondo sentidos para a noção de estilo.

A G1 inscreve as figuras de sintaxe pela incompletude, instituída pela falta e pelo movimento da/na estrutura de seu sistema lógico, ou seja, por onde a gramática falha e nega o equívoco da língua. Nessa gramática, as denominadas figuras de sintaxe são marcadas pelo discurso gramatical – Elas comparecem na unidade “C”, *Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase* como parte de um apêndice, sendo, portanto, marcadas por uma inscrição no discurso da norma, isto é, das regras.

Considerar estas condições, na Análise de Discurso, é pôr em questão a opacidade da língua, deslocando sentidos para a compreensão do efeito que se produz. Desse modo, os gestos de inscrição para as figuras de sintaxe em G1, as colocam como um acessório do discurso gramatical e/ou como aquelas que complementam-no. Contudo, instituído pelo funcionamento do discurso da gramática sobre a estilística, esse efeito desliza sentidos que “contrastam com o dizer no sentido lógico/regular, mas que a gramática de uma língua deve dar conta por serem aceitos pelo seu uso” (FRAGOSO, 2006, p. 127). Vamos, então, a algumas figuras de sintaxe em G1:

1) **Elipse** – Chama-se elipse a omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto.

2) **Pleonasma** – É a repetição de um termo já expresso ou de uma idéia já sugerida, para fins de clareza ou ênfase [...].

O grande juízo entre os pleonasmos de valor expressivo e os de valor negativo (por isso considerado erro de gramática) é o *uso*, e não a *lógica* (grifo do autor).

3) **Anacoluto** – É a quebra da estruturação lógica da oração:

“Resulta esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as idéias se sucedem rápidas e tumultuárias. É a precipitação de dizer alguma coisa sem calcular que pelo rumo escolhido não se chega diretamente a concluir o pensamento. Em meio do caminho dá-se pelo descuido, faz-se pausa [...]” [AS.4,38].

O anacoluto, fora de certas situações especiais, é evitado pelas pessoas que têm em falar bem e escrever corretamente a língua.

4) **Antecipação** – É a colocação de uma expressão fora do lugar que logicamente lhe compete (BECHARA, 2001, pp. 592, 594, 595; grifo nosso).

Para nós, estas figuras de sintaxe não aparecem em G1 como parte de um processo independente, cujo discurso gramatical sobre a estilística, faz funcionar e produz efeito de sentidos para a existência de dois sistemas linguísticos, que se

contrapõe entre lógico/fechado e expressivo/estético. Ao contrário, são pelas figuras de sintaxe que o discurso da gramática tenta justificar as alterações na sintaxe da língua. Desse modo, em análise, não nos interessa o conceito dado a cada figura tanto em G1 quanto em G2 e G3, senão os sentidos se tornariam estáveis já que estes gestos se inscrevem pela repetição. Portanto, considerando nossa posição discursiva, procuramos saber *como* são significadas essas figuras de sintaxe e os efeitos produzidos para *poesia*.

Ao conceitualizar cada figura de sintaxe, a G1 coloca em funcionamento sentidos para poesia, significando-a como um fora da língua. Dessa forma, as alterações na sintaxe serão classificadas como *fenômenos*, um fora da língua, que a gramática não explica, pois desconsidera o fato de que todo enunciado é constituído por pontos de deriva e produz deslizamentos de sentidos.

Nos conceitos de cada figura acima, os enunciados *facilmente subentendido, normalmente aparece, para fins de clareza ou ênfase, a quebra da estruturação lógica da oração, não poder a linguagem acompanhar o pensamento, É a precipitação de dizer alguma coisa sem calcular que pelo rumo escolhido não se chega diretamente a concluir o pensamento, fora de certas situações especiais, a colocação de uma expressão fora do lugar e que logicamente lhe compete* marcam e instalam sentidos para o discurso da norma, em que as figuras rompem com a estrutura tradicional da sintaxe. Assim, inscreve-se a língua como sendo o logicismo gramatical em contraposição ao discurso da estilística, em que os sentidos não são estabilizados e apontam para uma falha na cadeia significativa, desconstruindo, ao mesmo tempo, a lógica gramatical.

Com base em Mariani (2007, p. 55), o “deslizamento aponta para o fato de que em qualquer ponto do encadeamento significativo há uma possibilidade de falha, fratura, produzindo uma deriva do sentido”, ou seja, um deslizamento de sentidos que se materializam na língua e isso é poesia.

Para a G1, a falha na estrutura da sintaxe é resultado de um pensamento irregular, ou seja, do uso inadequado. Esse funcionamento de sentidos instaura a oposição razão/estilo que marca o discurso da normatividade no que a gramática considera como constitutivo à estilística.

Enquanto a G1 fala em *fenômenos de sintaxe*, a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, G2, formula como *sintaxe afetiva*, que se opõe a uma *sintaxe lógica*. Sendo assim, as figuras de sintaxe, que são responsáveis pela mobilização da língua, vão se significar pela emoção e/ou expressividade *imposta* por um sujeito-falante, ou seja,

como recurso para transmitir emoção, ou ainda, um estado de alma – “Um dos casos mais notórios de impregnação afetiva da frase é a *mudança de tratamento* – com a qual se assinala inesperada mudança de atitude do sujeito falante em relação ao ouvinte” (LIMA, 1992, p. 488; grifo do autor).

A G2 formula, portanto, um sujeito psicológico para o uso da *sintaxe afetiva*. Este sujeito-falante, visto como individual (FRAGOSO, 2006), é o responsável por deslocar a gramática lógica de seu lugar para significar *expressivamente* a língua. Na G2, ele é considerado como aquele de onde se origina o dizer, o que de uma compreensão discursiva é condenado, já que somos seres constituídos de linguagem e não temos controle sobre o que e como dizemos.

Desse modo, a G2 confirma a estilística como aquela que cuida da expressividade, do efeito estético/artístico e afetivo da língua. Essa afirmação divide, portanto, pelo confronto político instaurado, duas línguas, a que confere sentidos à razão e a que faz significar a língua pelo *colorido*. Para isso, a G2 conceitualiza as figuras de linguagem: “*Figuras de linguagem* são certas maneiras de dizer que expressam o pensamento ou o sentimento com energia e colorido, a serviço das intenções estéticas de quem as usa. [...] Trata-se de recursos naturais da linguagem [...] para comunicar ao estilo vivacidade e beleza” (LIMA, 1992, p. 500; grifo do autor). Esta definição desloca sentidos de que a G2 “parte do princípio de que a língua expressa com “exatidão” o pensamento/sentimento (e lhe dá cor), as energias da alma [...] e que por isso mesmo fala-se em uma língua expressiva” (FRAGOSO, 2006, pp. 167-168). Esta compreensão do discurso gramatical sobre a língua, através dos sentidos para a estilística, faz com que a opacidade da língua seja apagada e, além disso, produz sentidos para uma língua imaginária, isto é, sem falhas, sem equívoco.

Detendo-nos à denominada estilística sintática, a G2 traz as figuras de construção, assim chamadas por se tratarem da estrutura frásica, que constituem o conjunto de recursos utilizados para dar *expressão* à língua.

Elipse é a omissão de termos que facilmente se podem subentender.

Zeugma é a omissão de termo anteriormente expresso, que se subentende como outra flexão.

Assíndeto é a falta de conjunção entre os elementos coordenados. O emprego adequado desta figura comunica ao estilo brevidade e rapidez.

Reticência é a suspensão intencional do pensamento, quando o silêncio parece mais expressivo do que a palavra.

Pleonasmo é o emprego de palavras desnecessárias ao sentido.

Polissíndeto é a reiteração do conetivo entre elementos coordenados.

Hipálage consiste em atribuir-se a uma palavra o que pertence a outra da mesma frase.

Hipérbato é a inversão da ordem natural das palavras na oração, ou a da ordem das orações no período.

Sínquese é a inversão por tal forma violenta dos termos da frase, que o sentido se torna difícil de perceber.

Anáfora é a repetição da mesma palavra no começo de cada um dos membros da frase.

Epístrofe é a repetição da(s) mesma(s) palavra(s) no fim de cada um dos membros da frase.

Símproce é a repetição da(s) mesma(s) palavra(s) no começo e no fim de cada um dos membros da frase.

Concatenação consiste em iniciar-se cada um dos membros da frase com a última palavra do membro anterior.

Conversão é a repetição simétrica, com os termos invertidos (LIMA, 1992, pp. 510 a 517).

Anacoluto – no anacoluto encontraremos, talvez, um dos mais frequentes casos de sintaxe afetiva.

Consiste essa figura numa desconexão sintática, resultante do desvio do plano de construção da frase. Iniciada com determinada estrutura, ela se interrompe de súbito e envereda por outro rumo (LIMA, 1992, p. 489).

As figuras em G2, afirmadas pelo discurso da gramática, são marcadas pela impossibilidade de se dizer tudo pela língua lógica. Desse modo, a gramática atesta a existência de um sistema sintático *afetivo* para explicar o que ela considera como *desvio* estrutural na construção das frases. Isso evidencia a colocação do discurso gramatical, de que há uma língua expressiva, que funciona pela enunciação de um sujeito intencional, como exemplo, a descrição da figura Reticências, *suspensão intencional do pensamento*, deslocando as figuras de construção “como uma alteração da ordem lógica da língua (logo, uma irregularidade/desvio do pensamento)” (FRAGOSO, 2006, p. 76).

Além disso, essas figuras têm o seu funcionamento regulado pelo discurso da normatividade, que as marcam como a omissão, falta, acréscimo, inversão, interrupção e repetição na sintaxe considerada lógica. Essa regulamentação do funcionamento das figuras em G2 instauram sentidos para a noção de “erro”, ou seja, aquilo que é irregular a sintaxe, à língua. Sendo assim, enunciados como a *falta de conjunção entre os elementos coordenados*, *emprego adequado* (Assíndeto), *desnecessárias ao sentido* (Pleonasmo), *inversão da ordem natural das palavras na oração* (Hipérbato), *difícil de perceber* (Sínquese), *desconexão sintática*, *desvio do plano de construção da frase* (Anacoluto), não se referem ao uso das figuras como recursos para a expressão de uma língua afetiva. Em nossa compreensão, eles deslizam sentidos para o que é próprio do funcionamento gramatical, a regulação do que e como deve ser dito. Assim, em G2, há a

mobilização de dois sistemas linguísticos, que se confrontam pela instauração do discurso normativo, que apaga a poesia da língua. Como afirma Fragoso (2006, p.177), *o problema está na admissão de uma noção de correto, verdadeiro.*

Em nossa terceira gramática, G3, o discurso gramatical também mobiliza sentidos para uma estilística que desorganiza a estrutura sintática da língua lógica. Deslocando sentidos para a estilística, através das figuras de sintaxe, a G3 produz sentidos para a poesia, enquanto desvio da norma, instaurado pela imposição de um imaginário linguístico. É a partir disso que, para G3, “não estar dentro da lógica gramatical (deste imaginário) constitui “erro” (pois não se está na “verdade”), já para a estilística a noção de “liberdade criadora”, ou de “expressividade” produz outro efeito para a falta (o equívoco) que é constitutiva da língua” (FRAGOSO, 2006, p. 177).

Para encobrir o equívoco, a poesia da/na língua, a G3 inscreve a falha constitutiva do sistema linguístico como *processos expressivos*. No entanto, seu discurso gramatical mobiliza sentidos para o discurso normativo, que passa a funcionar como dominante e reduz as figuras de sintaxe ao lugar em que funciona o irregular. Assim, as figuras de sintaxe apresentadas pela G3 são marcadas pelo discurso da normatividade.

Na G3, cada figura de sintaxe recebe sua *função* para significar a língua expressiva e, assim como em G1 e G2, as conceitualizações se repetem produzindo seus efeitos de sentidos. Desse modo, os sentidos instaurados para poesia se repetem nas três gramáticas.

Elipse é a omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir.

Pleonasmo é a superabundância de palavras para enunciar uma idéia [...] em que se procura reproduzir a fala popular.

Hipêrbato [...] é a separação de palavras que pertencem ao mesmo sintagma, pela intercalação de um membro frásico [...].

Prolepse [...], figura também conhecida como *ANTECIPAÇÃO*, consiste na deslocação de um termo de uma oração para outra que a preceda, com o que adquire excepcional realce.

Sínquise [...] é a inversão de tal modo violenta das palavras de uma frase, que torna difícil a sua interpretação.

Dizemos que há *ASSÍNDETO* [...] quando as orações de um período ou as palavras de uma oração se sucedem sem conjunção coordenativa que poderia enlaça-las. É um vigoroso processo de encadeamento do enunciado, que reclama do leitor ou do ouvinte uma atenção maior no exame de cada fato, mantido em sua individualidade, em sua independência, por força das pausas rítmicas.

O *POLISSÍNDETO* [...] é o emprego reiterado de conjunções coordenativas, especialmente das aditivas.

Anacoluto é a mudança de construção sintática no meio do enunciado.
Silepse [...] é a concordância que se faz com a forma gramatical das palavras, mas com o seu sentido, com a idéia que elas expressam (CUNHA e CINTRA, 2001, pp. 619 a 632; grifo do autor).

As figuras de sintaxe destacadas de G3 são atravessadas pela contradição instaurada no confronto entre língua lógica (imaginária) e estilística, em que os sentidos estabilizados pela gramática deslizam. Os sentidos para elipse em G3 se diferem de G1 e G2, porque, enquanto nessas elas se significam apenas pelo seu uso estilístico, naquela, seu uso também é marcado como parte de um processo gramatical: “Em gramática, a ELIPSE de um termo deve ser invocada apenas quando manifesta. E, ainda assim, com extrema prudência” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 620). Esse gesto produzido em G3 desloca sentidos para a tentativa de homogeneidade e hegemonia do discurso da gramática, que toma a elipse como parte normativa, impondo o uso da elipse em *determinadas ocasiões* e, apaga a tensão entre logicismo gramatical e a estilística.

Como *processo estilístico*, a elipse, para a G3, deve ser usada como *recurso condensador da expressão*, compreendendo, deste modo, como manifestação do pensamento (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 622) – “[...] a elipse é *naturalmente* usada de preferência naqueles tipos de enunciado que se devem caracterizar pela concisão ou pela rapidez” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 622; grifo nosso). Ao colocar o uso da elipse como “natural”, a G3 mobiliza sentidos para a estigmatização de seu uso, isto é, somente se considerará parte de um processo expressivo em certos momentos.

A estigmatização dos sentidos também ocorre no uso da figura de sintaxe Pleonismo, considerada pela presença de termos desnecessários à frase. Nesse sentido, o pleonismo é instituído como um desvio normativo e configura-se em “erro”: “O pleonismo só se justifica para dar maior relevo, para emprestar maior vigor a um pensamento ou sentimento. Quando nada acrescenta à força da expressão, quando resulta apenas da *ignorância do sentido exato dos termos empregados*, ou de negligência, é uma *falta grosseira*” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 625; grifo nosso).

Em G1 e G2 os sentidos produzem o funcionamento de duas línguas, lógica/expressiva, que apagam o equívoco da língua. A G3, afirmada pelo discurso da norma e pelo funcionamento político da/na língua, instaura sentidos para as figuras de sintaxe, que se significam por corromper a *coesão gramatical* da frase, desconstruindo os sentidos para a homogeneidade da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossa leitura, nesse trabalho compreendemos que o discurso da estilística, afirmado pelo discurso da gramática e, por conseguinte, pelo discurso da normatividade, produz sentidos para a poesia e para a língua portuguesa no Brasil, tomando a estilística no discurso gramatical, como aquela que se configura como espaço discursivo em que a língua é levada ao seu impossível e mobiliza sentidos para uma língua que foge ao imaginário de uma língua lógica.

Desse modo, nossa análise aponta para uma quebra do ritual da gramática, que procura afirmar a estilística como a que se ocupa do *efeito poético* da língua, enquanto este se significa como um fora. Ao mesmo tempo, esse funcionamento, instaurado pelo político na língua, procura encobrir o equívoco, a falha na/da língua. Assim, a estilística e o discurso sobre ela inscrevem-se sob uma homogeneidade, formulada pelo funcionamento do discurso metalinguístico e gramatical.

Nas gramáticas que tomamos para o nosso gesto de leitura, *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) de Evanildo Bechara, a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1992) de Rocha Lima e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), a estilística mobiliza sentidos para um imaginário linguístico a ser seguido e esse efeito produz deslizamentos para as figuras de sintaxe, que se atualizam no mesmo, tornando-se uma repetição do discurso gramatical e significando a poesia por esses modos.

Dessa forma, as figuras de sintaxe, cujo discurso da gramática sobre a estilística a constituem como meio de *transmitir emoção* e dar estilo a frase, rompem com o sistema lógico, imposto pelo imaginário de língua sob o funcionamento do discurso gramatical. Elas constituem o espaço em que as formulações gramaticais falham, e a poesia passa a funcionar como irregular à língua.

Esse efeito de sentidos produzidos para a poesia, conforme o discurso da/sobre a estilística, atestam a quebra do ritual gramatical, que se afirma pelo discurso da norma, e também, aponta para poesia, enquanto efeito metafórico, como um fenômeno. Isso faz dela um fora da língua, quando é pela poesia que a língua se movimenta historicizando e produzindo sentidos para a língua nacional. Considerá-la, portanto, como “erro” é encobrir o real da língua e impor um ideal linguístico silenciando a existência do outro (da língua nacional).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliana de. Poesia: uma História das Ideias Linguísticas. In: 4º *CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários*, 2010.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Editora da Unicamp: Campinas, 1992.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Editora Lucerna: Rio de Janeiro, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001.

FONTANA, Mônica Graciela Zoppi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). In: *Estudos Linguísticos*, 37 (03), set./dez., 2010, pp. 89 a 119.

FRAGOSO, Élcio A. *O discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de estudo das Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GUIMARÃES, Eduardo. *Enunciação e política de línguas no Brasil*. Disponível em: http://www.w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_4.pdf. Acesso em: jul. 2010.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. Editora José Olympio: Rio de Janeiro, 1992.

MARIANE, Bethania. *Língua nacional e pontos de subjetivação*. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_03.pdf. Acesso em: set. 2010.

MARIANI, Bethânia. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In *Revista Trama*, v. 3, n. 5. 1º semestre de 2007, pp. 55 a 71.

NUNES, José Horta. *Leitura de arquivo: historicidade e compreensão*, disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf acessado em: 08, out. 2010.

NUNES, José Horta. *Uma Articulação da análise de discurso com a História das Ideias Linguísticas*. In *Revista Letras*, vol. 18, n. 10, jul./dez, 2008, pp. 107-124.

ORLANDI, Eni P. A Língua brasileira. In *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2. São Paulo, abr./jun., 2005, pp. 29 a 30.

_____. *Análise de Discurso: princípio e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. (Org.). *Discurso Fundador*. 2ª ed. Campinas, SP. Pontes, 2001.

_____. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (Org.). *História das Idéias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes, Petrópolis – RJ, 1996.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1991.

PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. *A língua inatingível: O discurso na história da Lingüística*. 2ª ed. Trad: MARIANI, Bethânia; MELLO, M. Elizabeth Chaves de. Campinas: RG, 2010.